

Heterotopias de uma cidade chamada desterro

Rosângela Miranda Cherem *

Resumo:

Pela história das sensibilidades e percepções, procuramos pensar como os habitantes da Ilha-capital de SC, em fins do século XIX, projetavam seu espaço urbano no território heterotópico da modernidade.

Realimentando a relação entre o vivido e o narrado, os registros jornalísticos apontam para o fato de que, em meio a paisagens e lugares, definiam-se grandezas que gradativamente seriam superadas pela via da continuidade abarcadora, da ordenação e da aproximação do diverso; enquanto os registros literários remetem a resíduos de um cotidiano marcado pela expectativa de que algo aconteceria, no sentido de alterar uma realidade considerada diminuta e inexpressiva face à outras realidades tomadas como referência. Ambas as fontes guardam um desafio para o historiador contemporâneo: tentar capturar o percurso em que ocorre o apagamento de certos traços de uma cidade, sem ignorar o fato de que, bem ali, tal como um corpo, a vida segue se alimentando de sua própria transformação.

Abstract:

For the history of the sensitivities and perceptions, we look for to think as the inhabitants of the SC Island-capital, in ends of century XIX, projected its urban space in the heterotropic territory of modernity.

Re-feeding the relation between lived and the report, the journalistic registers point with respect to the fact of that, in way the landscapes and places, defined largenesses that gradual would be surpassed by the way of the monopolizing continuity, the ordinance and the approach of the diverse one; while the literary registers send the residues of a daily one marked by the expectation of that something would happen, in the direction to modify a considered reality miniature and lifeless face to the other taken realities as reference. Both the sources keep to a challenge for the historian contemporary: to try to capture the passage where the deletion of certain traces of a city occurs, without ignoring the fact of that, well there, such as a body, the life follows feeding of its proper transformation.

É de Michel Foucault a reflexão que considera o tempo como uma espécie de obsessão do século XIX, quando as discussões sobre crises e ciclos, tradição e ruptura tornavam-se recorrentes para aqueles que procuravam pensar as questões e os desafios que viviam. Passado pouco mais da metade do século XX, este mesmo filósofo aponta o espaço como uma nova problemática no horizonte de preocupações ocidentais. Destacando a dimensão do disperso, do simultâneo e do justaposto na constituição de novas configurações, o próximo e o longínquo se aproximam, entrecruzando uma infinidade de tramas. Ao contrário das utopias, reconhecidas num tempo diverso e sem lugar real, as heterotopias seriam localizáveis, tal como um espelho que nos permite olhar para fora de nós mesmos, precisamente lá onde estamos ausentes: *espécie de contestação simultânea mítica e real em que vivemos*. O jardim, o cemitério, o teatro, os museus e as bibliotecas, os hospitais e até mesmo os bordéis seriam exemplos, capazes

* Doutora em História Social pela USP e Prof.ª da UDESC

de tomar esse lugar que ocupo, no momento em que me olho no espelho, ao mesmo tempo, absolutamente real em relação com o espaço que o envolve e absolutamente irreal, já que ela [a heterotopia] é obrigada, para ser percebida, a passar por aquele ponto virtual que está longe¹.

A compreensão deste texto de poucas páginas, inicialmente pensado como conferência, amplia-se quando relacionada às distinções que Michel de Certeau faz entre **lugar** e **espaço**. Enquanto um pressupõe o território da ordem, onde o próprio e o distinto se configuram segundo a lei física de que duas coisas não ocupam o mesmo lugar ao mesmo tempo, a segunda noção pressupõe um cruzamento, lugar praticado e movente, cuja relação não é unívoca nem estável. Assim, a rua como lugar definido pelo urbanista, faz-se espaço pela ação dos pedestres porque pressupõe relação com o meio, tornando-se o mundo de quem o experimenta. Do mesmo modo, tal como na linguagem dos afetos e sonhos urbanos, toda existência é espacial, diferente da *univocidade geométrica*. Mesclando a dimensão do dentro e do fora, tanto a experiência como a memória estão sempre plantadas numa paisagem².

Recorrendo ao artifício de colocar estes dois autores franceses e contemporâneos em diálogo, lembremos que naquele seu idioma, como em inglês, o verbo **ser** também significa **estar**. Então, não será difícil perceber que pensar um espaço é não apenas uma maneira de habitá-lo, como também um modo de ser. É aqui que as reflexões que povoam este texto começam a ganhar seus primeiros contornos, mais precisamente quando no início do século XXI voltamos nosso olhar para uma pequena Ilha-capital, incrustada no Brasil meridional, em fins do século XIX, conhecida à época como Nossa Senhora do Desterro e hoje denominada pelo polêmico nome de Florianópolis.

Assim, podemos nos voltar para aquela cidade, avistando seu sonho de conquistar um lugar significativo no território da modernidade e, de sua disposição isolada, deslindar expectativas próprias quanto à sua inserção. Ao povoarem o espaço urbano com sensibilidades e percepções singulares, seus habitantes configuravam um lugar praticado, mas na medida que desejavam alterá-lo, projetavam-se para fora de si mesmos, em proporções que ainda hoje podemos tentar capturar. Se tal o compreendemos é porque de sua posição, percebida como diminuta mas possível de ser superada, auscultamos certos desafios que nos afetam em tempos de globalização acentuada. E se parece fácil e óbvio constatar que fenômenos como meios de comunicação e transporte mudaram bastante, particularmente as cidades do terceiro mundo continuam se pensando em relação aos grandes centros urbanos e considerando as referências culturais européias e norte-americanas, freqüentemente com a ilusão de tentar alcançá-las.

É então que, do passado oitocentista, sobrevivem vestígios das propaladas crenças no progresso homogeneizador, tomado como vetor para chegar ao patamar cosmopolita. Embora desde pelo menos meados dos anos noventa até o presente nos deparemos com a constatação de que a urbanização também pode ser avassaladora, deixando-nos freqüentemente impotentes face a problemas como, por exemplo, poluição e violência, talvez sejam os dilemas das superações e os impasses das novas combinações entre centro-margem, singular-global, familiar-estranho, idêntico-diverso que ainda nos assolam. Se, tal como o diz Bachelard, *toda imagem é reveladora de um estado de alma e por isso, o espaço habitado sempre transcende o geométrico*³, podemos concluir como Argam, para quem o espaço urbano é uma atribuição valorativa, conferida pelos que o povoam, sentem, recriam. E a faculdade de imaginá-lo diverso do que é, *é o que nos permite pensar em nós mesmos de forma diferente do que somos*⁴.

I – A cidade como lugar praticado: grandezas gradativas e espaços justapostos

Ao tentar recompor pelos registros jornalísticos como era o olhar das pessoas que habitavam Desterro, vamos encontrá-las, cotidianamente, sonhando com outras referências avistadas para fora do espaço vivido, enquanto desejavam seu avesso. Ao que parece, seu olhar consistia numa maneira muito semelhante a dos viajantes e observadores que por aqui estiveram durante todo o século XVIII e a primeira metade do XIX. Suas constatações tornavam a cidade única, mas possível de ser comparada com outras:

Conta a cidade de Desterro 8 praças, 47 ruas e 4 travessas e 8 becos, sendo dividida em dois distritos: a freguesia de Nossa Senhora do Desterro e a de São Sebastião da Praia de Fora. A sua população pelo último recenseamento é de 8.608 habitantes. Tem 8 igrejas, 13 próprios gerais, 5 províncias e 2 municípios, 1 Hospital do Menino Deus e 1 cemitério evangélico, 1.750 prédios urbanos, dos quais 126 de sobrado e 1.625 térreos. Possui 2 bons ancoradouros: a baía do Sul e a do Norte, diante da Praia de Fora, que os navios procuram quando reina o vento sul. Separada do continente pelo estreito, cuja entrada é defendida pelos dois fortes de Sant'Anna e São João⁵

Relacionando paisagens observadas, as balizas definiam-se pelos contornos do próprio mundo conhecido. Assim a diversidade da natureza e do humano se delineava em fios que buscavam a continuidade, a totalidade, a ordenação e a aproximação do diverso. O mesmo pode ser observado num ofício assinado pela edilidade e endereçado ao Presidente Provincial em 08-06-1887, que relata de modo semelhante, embora muito mais detalhado, permitindo-nos planar um pouco mais sobre a cidade, *É o município em sua maior extensão montanhoso, e o terreno em grande parte cultivado, notando-se em todo ele pequenas planícies ou campos de criação(...) é banhado pelas águas do mar, devido a sua condição de ilha, considerando-se como portos todo o litoral.*

Após descrever os recursos de ordem mineral, vegetal e animal, o documento prossegue com um histórico da Ilha, cujas origens remetem aos índios, passando pelos primeiros visitantes, viajantes e navegadores, incluindo invasores espanhóis e detendo-se no início à colonização com Francisco Dias Velho, instalado na Ilha com sua família e 500 índios domesticados. Segundo aquela correspondência oficial, entre ataques corsários e novos povoadores, chegava-se ao século XVIII com *o aumento em sua população com os casais vindos das Ilhas de Açores...* Depois de nova invasão espanhola e uma seqüência de acertos diplomáticos entre Portugal e Espanha, deu-se início a saída destes últimos, sendo a vila elevada a categoria de cidade através de carta régia em 1823. Descrevendo detalhes da topografia da Ilha e apoiado no recenseamento de 1872, o referido ofício ainda contabilizava a população total na Capital em 25.708 almas.

Bem verdade que, com freqüência, a perspectiva de que haveria uma superação da insignificância urbana parecia distante, sendo motivo de análises pessimistas. Mesmo sem ter sido homogênea, tal compreensão foi recorrente, muitas vezes se estendendo da capital para toda a Província. Ao longo dos anos de 1880, enquanto a campanha abolicionista e o processo de imigração se acentuava, foram significativos os relatórios dos Presidentes Provinciais referindo-se a aspectos, tais como a limitada agricultura e o desfalecido comércio. As causas apontadas para explicar este atraso e pobreza variavam, apontando um amplo leque de propostas. Tal compreensão, parece ter acompanhado os mais variados registros. Assim por exemplo, segundo certo jornal republicano e abolicionista intitulado **A Voz do Povo** em 08-11-1885, na sua segunda página:

Todas as províncias do Império, principalmente as capitais, à exceção da nossa, gozam de um outro melhoramento, que demonstra mais ou menos progresso material, maior ou menor indústria e

muito ou algum zelo e atividade dos poderes legislativos e administrativos pela causa popular (...) Isto não quer dizer que qualquer província esteja no gozo da totalidade destes melhoramentos, mas sim que a maior parte delas possuem um ou outro deles.

Ora imputando a responsabilidade pela pobreza, atraso e falta de melhoramentos ao encaminhamento monárquico, ora às pessoas que administravam ou ao tipo de população que habitava a Província, em todos os casos, a Capital era olhada pelo que não possuía, mas que um dia poderia obter. A imagem mais freqüente era a de uma caminhada, na qual tanto Desterro como sua província concorriam para chegar em certo ponto ou estágio, mas cuja distância a ser percorrida era ainda muito longa e penosa.

As fontes impressas dos jornais que circulavam à época, dão conta de que os olhares que enxergavam a pobreza, sonhavam com a riqueza, almejavam o modelo do mundo rico e industrializado, sinônimo de fartura, abundância e civilização. Foram freqüentes as referências a países como Itália, Alemanha, Inglaterra, França e Estados Unidos. Nos jornais anunciava-se alimentos importados como salame, manteiga, vinhos e conservas. Também roupas, chapéus e calçados. Para o fascinante mundo da mercadoria, anúncios em jornais tentavam abocanhar novos consumidores e enriquecer seus comerciantes. Para a parte dos habitantes identificada com este universo, fazia-se a partir daí uma generalização, de modo que esta se estendia ao próprio destino da cidade. Encontravam-se atraídos pelo circuito do capitalismo o qual se alastrava pelo hemisfério colonial, a quem cabia o papel de consumir industrializados e na medida do possível, fornecer matéria-prima. Porém, não se tratava de uma mera imitação. Sonhava-se em galgar uma posição de iguais àqueles países beneficiados pela abundância material e sob os quais toda uma maneira de viver se encontrava em evidência:

Quando o expectador extasiado contempla do alto do Morro do Antão tantas maravilhas da natureza, ele fica possuído de um entusiasmo arrebatador e não pode deixar de sentir o contraste que oferece uma região tão opulenta em dotes naturais com a pobreza e inércia dos homens que a Divina Providência confiou este país...

Se algum capitalista inglês ou americano visitasse aquela localidade que domina um porto tão freqüentado por vapores costeiros, a meio caminho entre o Rio e Montevidéu, e visse o miserável e condenável desprezo em que ela se acha, ele decerto faria um juízo pouco lisonjeiro dos capitalistas e da nação brasileira, por não saber dar valor ao que é seu.⁶

No entrecruzar de pessoas que chegavam e que partiam, Desterro ganhava novas feições. Ampliava-se uma camada que vivia da administração ao mesmo tempo que engajava-se no comércio. Ao olhar para o que a cidade dispunha, agregava novas necessidades, aspirando novos benefícios urbanos. Ao mesmo tempo em que buscava novas referências para si, uma classe que se formava ia ganhando noção de sua amplitude. Mesmo crescendo relativamente pouco, o fato é que o local era pensado enquanto uma porta de entrada, sendo que o cartão de apresentação consistia na sua paisagem e no seu cenário. Não se tratava apenas de um porto, mas de uma Ilha-capital. Aqui chegavam pessoas que traziam também coisas, valores, notícias, jornais. E através destes últimos, chegavam informações detalhadas da Corte e de outros países mais urbanizados.

Habitando um pequeno centro, os bem empregados nos cargos da administração e da vida pública e os próprios comerciantes que compunham a burguesia em Desterro, desejavam e se empenhavam em encontrar mecanismos de ascensão e distinção social e assim participavam significativamente na ordenação dos diferentes espaços da vida urbana. E embora não se reconhecessem como os únicos beneficiados, autoconsideravam-se os principais agentes dos melhoramentos empreendidos. Assim,

consagrando elementos importantes da sociedade local, ao final do Império iniciava-se um processo de aformoseamento, higienização, abertura ou mudança dos nomes de ruas. A classe abastada passou a construir sobrados nos quarteirões mais centrais; geralmente morando no piso superior e estabelecendo comércio no térreo.

Observando a dimensão do precário para explicar tanto seu passado quanto seu presente, muito habitantes de Desterro no final do Império procuravam retomar este percurso para modificá-lo no futuro. Mesmo sem o saber, compartilhavam a perspectiva kantiana, para quem o homem moderno, através da razão, poderia tornar-se senhor de seu destino, superando suas limitações e obscurantismos. Marcados por um valor de época, para muitos o importante era caminhar, seguir adiante, não perder a chance de ingressar nos trilhos do progresso. Para entrar *no grêmio das nações civilizadas* ou para *chegar à verdadeira trilha da civilização*, segundo expressões recorrentes então, a burguesia olhava para o palco onde vivia, preconizando ora sua modificação, ora sua inteira superação.

Prescrutando e esquadrinhando a cidade, da praça pública aos córregos no fundo dos quintais, do hospital ao cemitério, da biblioteca ao teatro, das residências aos esgotos, os habitantes urbanos nos deixaram indicações de para onde olharam e o que nestes pontos, desejaram mudar. Acima de tudo, latejavam intenções de superar o que eram, virando-se pelo avesso e construindo outras referências através da cidade.

Um dos elementos que reclamam a atenção e solicitude é, sem dúvida a remoção do cemitério público para local mais apropriado e conveniente aos interesses da cidade de Desterro.

Foi uma idéia infeliz a de colocar o cemitério na entrada de nosso magnífico porto e em um dos locais mais lindos e frescos da capital, que devia antes ser a morada dos vivos... Logo na entrada da cidade, como um espantalho aos recém-chegados, é uma ofensa ao bom gosto de seus habitantes... Que impressão não deve ter o viajante que pela primeira vez entra em nosso porto? Razões de ordem sanitária aconselham seu afastamento de centros populosos...⁷

Entre argumentos estéticos e higiênicos, o artigo publicado em 1888 pelo **Jornal do Commercio** da Ilha-capital afirmava que o visitante acabaria impressionado e convencido de que eram atrasados mesmo os habitantes oriundos de desterrados, como indicava o próprio nome da padroeira que emprestara seu o nome à cidade. Prosseguia citando um viajante inglês que considerou os brasileiros com olhos de porco por desprezarem as belezas naturais que dispunham e solicitava que o Presidente Provincial, a Câmara Municipal e o Inspetor de Higiene Pública encontrassem um meio para fazer cessar os enterramentos naquele local, achando outro mais adequado.

O mesmo jornal continuava nos dias seguintes, insistindo sobre a necessidade de remoção do cemitério construído em meados do século, num morro a noroeste da cidade. Argumentava que de lá, sopravam os ventos que se espalhavam pela cidade, especialmente no outono, quando graçavam epidemias. Do mesmo lugar, provinham as águas das chuvas que desciam o morro através dos lençóis subterrâneos para abastecer a cidade. Deveria ocorrer justamente o contrário, como era o caso dos cemitérios ingleses que se localizavam sempre em planícies.

Se pelo lado higiênico não se pode assegurar que o cemitério está bem colocado, pelo do aformoseamento pior ainda, porque ninguém sustentará que é elegante ter-se um cemitério na entrada da cidade. As duas eminências dos morros da Rita Maria e o forte de São João fechando o porto de Desterro, constituem a chave de ouro do lindo panorama da baía dupla de Santa Catarina. Se a arte e o engenho humano tivessem feito alguma coisa para auxiliar a natureza, talvez nem a esplêndida baía do Rio de Janeiro, nem o panorama de Constantinopla ganhassem em esplendor e beleza a cidade indevidamente chamada de Desterro.

Imaginemos as duas alturas opostas, tornando uma só cidade, unidas por uma ponte pencil e o porto povoado de navios e pequenas embarcações, com um comércio ativo em lugar de um cemitério⁸.

A riqueza deste documento remete a diferentes aspectos, começando pelo curioso acaso através do qual o sonho de uma época pôde realizar-se na seguinte, a maneira com que aspectos urbanos aparentemente tão diversos se entrelaçaram, além da própria variedade de argumentos que acompanhavam tal registro. Para este olhar muito semelhante ao do viajante, que localizava e planejava o espaço urbano em relação ao que já conhecia, a comparação era inevitável e desfavorável. Tanto para o Brasil em geral, quanto Desterro considerada enquanto uma parte daquele, sua natureza era bela, mas os homens que a habitavam não sabiam corresponder-lhe. Nem mesmo souberam escolher um nome mais apropriado para a Ilha. Assim, a Capital da Província para ser mais atraente e civilizada deveria ser mais higiênica, mais formosa, mais agradável. Imputava-se uma árdua tarefa: modificar a distribuição do espaço urbano e ao mesmo tempo seus próprios habitantes.

No caso dos elementos apontados neste registro - a escolha de outro nome para a cidade, a mudança do local do cemitério e a construção da ponte em seu lugar, dando espaço para outras atividades dos homens vivos e ativos - tratava-se de um sonho tecido demoradamente, e que só se materializou quando em composição com outros fatores, desejos e necessidades, sendo portanto um outro momento histórico. Décadas mais adiante, aquele olhar carregado de possibilidades poderia ter contemplado a realização de seus prenúncios: o cemitério foi transferido para um ponto mais distanciado do centro urbano e a ponte pênsil foi construída, ligando a ilha ao continente durante os anos da primeira república, bem próxima ao lugar do qual se referia o observador. Sobre a mudança do próprio nome da Cidade, a discussão foi recidiva ao longo dos anos de 1880 em diversas referências de jornais:

A palavra Ondina condiz até certo modo com esta ilha verdejante, que emerge das ondas atraindo e seduzindo quantos se lhe aproximam pelos seus encantos naturais, pelo seu clima ameno e suave, pelo caráter de seus habitantes. As ondinas são criações das mitologias escandinavas e germânicas, e análogas nayades dos antigos. Graciosas legendas acompanham essas criações(...) Convém esse nome a nossa formosa ilha, coberta de verde, atraindo o viajante, seduzindo-o com seus encantos? É talvez um pouco poético. Mas o gênio poético é também o nome profético. Os videntes antigos, os grandes profetas, não eram outra coisa senão sublimes poetas⁹.

O nome da cidade representava, segundo o mesmo artigo, uma associação com os condenados e degradados da metrópole portuguesa, encontrava-se obsoleto e anacrônico: *é a negação do que somos, do nosso caráter hospitaleiro, o oposto a realidade(...) Isto não é e nem será nunca um desterro, é o Éden, o Paraíso do Brasil, na linguagem de viajantes e historiadores.*

O projeto com a proposta de mudança foi encaminhado à Assembléia Provincial e causou alguns debates. Não há indicações se houve maior mobilização dos leitores destes mesmos jornais, autoridades edilítárias ou provinciais. O que se observa é que de vila à cidade, Nossa Senhora de Desterro remetia a uma figura feminina, religiosa e tradicional. Temia-se pelo aspecto pejorativo do nome Desterro, que poderia influir na visão do estrangeiro ou do viajante acerca do lugar e de seus habitantes. Na discussão, cogitou-se uma figura mitológica, cuja ligação com a água, o peixe e o mar, considerava-se mais apropriada ao local. Outros nomes entraram em discussão, como Baía Dupla e também Redenção. Porém, só no início da República, após os violentos expurgos aos monarquistas e federalistas, é que a cidade capital ganhou o nome de Florianópolis, em

homenagem ao então Presidente. Assim, forjava-se para a cidade, através do nome do personagem ligado ao novo momento político, uma outra identidade, que procurava romper com a tradição e consolidar-se enquanto elemento daquilo que se considerava uma ruptura com o passado, assinalando a versão de um novo ciclo, vitorioso e modernizador.

II – A cidade como texto: sobreposições do visível e do legível

Quando Paul Klee, em tempos de entre-guerra (1929), pintou uma pequena tela intitulada *Uma folha do livro de registro da cidade*, problematizou a presença das lembranças cifradas sobre um lugar desaparecido. Recorrendo a imagens semelhantes a uma escritura cuneiforme sobre pergaminho, discutiu o jogo entre uma arquitetura de formas e uma partitura manuscrita, remetendo à impossibilidade de elucidar o mistério da vida urbana, pois uma cidade passada só pode ser pensada pelos seus vestígios e só pode ser reconstruída enquanto texto. Posteriormente, escreveria que *a arte não restitui o visível, ela torna visível*, permitindo-nos reconhecer que escrever a cidade só é possível através de seus fragmentos e rasuras e que para alcançá-la e traduzí-la é preciso admiti-la como indecifrável. Tal reflexão nos reenvia a nós mesmos, quando constatamos que olhar uma cidade não consiste em ir ao encontro de uma verdade histórica revelada ou recuperada, por mais evidências que tenhamos, antes constitui-se em elaborar uma espécie de enigma, pois na construção de nosso conhecimento sobre o espaço urbano é um olhar sobre nós mesmos que reincidimos; dar a ver dar uma cidade é dar a ler aquele que a avista em suas inquietações e cambiâncias.

No território justaposto do visível e do legível, também podemos refletir com base no mesmo quadro, que uma cidade elabora histórias tanto quanto as histórias elaboram uma cidade¹⁰. Assim, seus textos compõem uma espécie de cartografia afetiva, menos como lugar de partida e mais como infinidade de percursos, cujos fios comuns incluem nuances e remetem a identidades múltiplas. Tais registros contêm resíduos de saberes que se criaram e sobreviveram em meio a outros que se perderam, estratégias de quem pensou a cidade como espaço disputado, vivido como vitrine ou tomado como palco de lutas, definindo fronteiras e extensões, táticas e contradições. Enfim, se as páginas jornalísticas guardam os fragmentos de experiências cotidianas que remetem aos fenômenos relacionados a lugares praticados, o mesmo pode ser dito sobre os registros literários, em cujo percurso explícito da ficção, também habitam sensibilidades e percepções guardadas pelas colorações de um tempo.

É o caso de Horácio Nunes, que em 1877 escreveu *D. João de Jaqueta*, publicado dez anos depois parceladamente sob forma de folhetim no *Jornal do Comércio*. Sob um olhar pessimista, aparentemente apenas suportável pela solução da perspectiva irônica, ficaram registrados os descaminhos daqueles que, de sua pequena cidade, ambicionavam chegar ao âmago do mundo civilizado. Semelhante a peças de um mosaico, pretendendo mostrar as agruras da elite urbana local, seu romance girava em torno de um ambicioso major que, em razão de sua afeição pelo poder, procurava manter boas relações com as mais distintas facções político-ideológicas. Acompanhava-o sua filha coquete, educada na cidade e a procura de um marido, buscando-o em meios a pretendentes de modos rudes e arremedados. Um deles, oportunista figura republicana, sonhava *beijar a mão do Imperador*, trocando qualquer convicção por um cargo compensador. Por ocasião de um jantar numa casa do interior ilhéu, em homenagem às comemorações do Divino Espírito Santo, o autor descreve o ambiente teatralmente arrumado:

O peru ensopado, o leitão assado, a feijoada com cabeça de porco, a lingüiça frita, o pirão de farinha, ali se exibiam em grande abundância. Bastantes garrafas de diversos feitios e cores enfatizavam o centro da mesa, rodeadas de copos de respeitáveis proporções.

O major, homem de alguns haveres e respeitado na freguesia como uma notabilidade intelectual e política, quisera extasiar o povo com uma festa magnífica e uma mesa mais magnífica ainda. Desceria no conceito dos seus concidadãos e amigos, dizia ele, se não procedesse com toda a largueza e esplendor. É bem verdade que fora da cidade qualquer um faz o que fazia o major, sem que a bolsa lhe ficasse muito mais leve¹¹.

Destoando do esforço civilizado com que o cenário fora montado, o mesmo autor descreve os modos dos convidados:

O imperador, rapazinho espevitado e malcriado ao mesmo tempo, apenas pilhou-se à mesa, começou a meter os dedos no nariz e a uivar: - Eu quero uma galinha e uma garrafa de cana! (...)

- Silêncio, meninos, silêncio! – dizia o mestre com a sua voz de fãlsete. – Reparem que não estão na escola, onde pouco falta para me porem de quatro pés e cavalgarem-se.

O major, depois de endireitado com o maior cuidado as abas da casaca, voltou-se um pouco para o mestre: - Professor, sirva esses rapazes. É preciso que se restabeleça a moralidade no nosso festim¹².

Depois de discursos pernósticos, palavras rocambolescas e comportamentos hilários, com apoio dos convidados que transformaram as comemorações religiosas em jocoso comício, o major Anacleto constatou sua candidatura a deputado geral, observando que:

- Olha: uma das coisas mais importantes que hei de tratar de reformar é o sino da nossa igreja ... Aquilo é uma vergonha, professor, é uma vergonha!... Pois onde é que se viu um sino sem beijos com o badalo pela metade! ...¹³

Contrapondo-se às ironias deste autor, destaca-se seu desafeto mais jovem, Virgílio Várzea. Dono de um olhar peculiar quanto aos caminhos para chegar ao patamar de prosperidade européia, reconhecia somente o sul do Brasil e sua idealizada Ilha-capital como território propício para resolver os impasses de proporções nacionais, oriundos de um passado colonial e mestiço. Assim, tanto a coletânea de contos intitulada *Mares e Campos* e publicada em 1895 ou a de 1905 intitulada *Histórias Rústicas* ou ainda a de 1910 intitulada *Nas Ondas*, como também o texto documental com aspectos históricos e geográficos, publicado em 1900 sob título *Santa Catarina – a Ilha*, além da coletânea póstuma de poemas publicados em 1985 sob título *Canção das gaivotas*, constituem-se em exemplo de textos que exaltam as características locais, tanto do ponto de vista geográfico, como de uma composição humana européia mais pura e não miscigenada pelos antecedentes escravistas. Tais características pareciam constituir-se numa espécie de extremo oposto à própria capital federal que, vista pelos olhos do protagonista da novela George Marcial, parecia incapaz de assemelhar-se à grandeza do mundo industrializado e rico:

A rua do ouvidor parecia-lhe um lamentável corredor feito por castores ou ratos, comparada às monumentares ruas de Londres, Paris, S. Petersburgo, Vienna e Nova-York. Os amigos diziam-lhe então, a sorrir: - Deixa estar que você se acostuma! Ainda há de achar tudo muito lindo. - Oh! Pois não! Replicava-lhes George. Mas as mulheres? Sim, as mulheres? Vocês acham que a esses corpinhos com saias que por aí enxameiam nas vielas se possa chamar seriamente mulheres? Umas anãs, raquíticas, enfêzadas, quase sem seios, e até em geral com maus dentes! E vocês chamam a isso de mulheres! E pretendem elas ser as rivais e semelhantes das mulheres dos grandes países europeus e dos Estados Unidos! Quanta pretensão!¹⁴

Das fachadas e ruas, ao interior dos espaços de convívio e sociabilidade e até mesmo no corpo de seus habitantes, na maior cidade brasileira, em fim do século XIX no texto literário ficava guardada uma distância abissal dos parâmetros civilizados:

Em nenhum país civilizado se expõem às portas dos estabelecimentos comerciais gêneros para vender, sobretudo numa confeitaria – pelo contrário, nos mais adiantados, como a Inglaterra, a França, a Alemanha e os Estados Unidos, há mostradores, mesas envidraçadas: nenhuma casa porém é escancarada ou se desdobra para a rua: a mercadoria acha-se acomodada convenientemente e tudo se destaca nas lojas por uma grande ordem e incomparável asseio. Tenho notado que os empregados aqui tiram os doces e biscoitos com as mãos para os servir à freguesia. Que estupidez e que indecência! É por isso que lá fora, nas grandes civilizações, ainda acham este país impossível, selvagem. É o eterno “índio”, meu Carlos¹⁵.

Assim, pelos textos literários, o espaço urbano ganhava enredo próprio, registros prenhes de significações, cujos alcances aproximavam-se do cotidiano vivido em suas percepções olfativas e visuais, salientadas pelas sensibilidades desabonadoras e irônicas de seus autores sobre as lides dos habitantes. Espaço praticado e realimentado reciprocamente pelo vivido e pelo narrado, enquanto se acalentava o sonho, próximo ou remoto, de que algo aconteceria e então a realidade lamentada como diminuta e insignificante seria alterada.

III A cidade como corpo: simultaneidade de transformações e apagamentos:

Em 1563, ao pintar **A torre de Babel**, Peter Bruegel revisitou uma narrativa bíblica para contar a história de uma Antuérpia habitada pelos calvinistas, luteranos e anabatistas. Salientando seu enorme potencial comercial e urbano num panorama de construção costeira, barcos, gruas, pilares, andaimes, construtores e inspetores testemunhavam o incessante jogo de construção-desconstrução, tradição-ruptura marcando o advento do novo numa proporção que ultrapassava os destinos singulares. Observando a imagem daquela imensa construção, reconhecemos uma espécie de estrutura corpórea, arquétipo de vaidade e inquietação permanente, sempre se refazendo em suas ambições e adiando seu potencial destrutivo. Guardando semelhanças com um corpo orgânico que vive, respira, pulsa e secreta, tal como a torre, um corpo também encontra seu auge e depois perece. É assim que ler a cidade pelos seus textos, sobrepõe-se ao ato de ler a cidade pelas suas artérias, flancos, entranhas e rosto.

O maior desafio desta empreitada parece ser o de como capturar o percurso de apagamento de certos traços do espaço urbano, encontrando as marcas singulares de seu processo vital, sem deixar de considerar que a vida urbana se alimenta de sua própria transformação. Em outras palavras, trata-se de olhar uma cidade em sua dinâmica, procurando a multiplicidade de sua transformação, sem apagar as peculiaridades que a tornam única. Inevitável parece ser o reconhecimento do desafio da máxima latina, lembrada por Ítalo Calvino e implícita em cada uma de suas partes vitais: *apressa-te devagar*.

A – A praça como coração urbano: Considerada o coração da cidade, a partir da qual as ruas eram traçadas, a principal praça era parte do Largo da Matriz e constituía-se numa espécie de cartão de apresentação ou vitrine, através da qual os hóspedes e viajantes adentravam depois de atracar. Em fins dos anos 70 ganhou o nome de Praça Barão de Laguna, homenagem da terra natal ao senador imperial chamado Jesuíno Lamego Costa. E assim permaneceu até o amanhecer republicano, quando ganhou o nome da própria data do evento. Ficava diante da principal praia da Ilha, onde chegavam pequenas embarcações e se realizavam as principais transações comerciais. Desde a

época da vila *era o largo o ponto único de encontro das horas de ócio, quando os moradores discutiam os seus problemas, comuns ou individuais, ou simplesmente conversavam sobre coisas que a gente sempre tem para contar*¹⁶.

Em sua cabeceira ficava a Igreja Matriz e pelos lados, o centro administrativo. De um lado a casa do governador e mais tarde, algumas casas adiante, o Palácio do Presidente Provincial. Do outro lado ficava a casa da Câmara Municipal e cadeia. Aos poucos, sobrados e casas comerciais foram surgindo. Constituíam-se todos em significativos indicadores, monumentos da vida cidadina em sua dimensão política e econômica. Expressão materializada da cidade e daquilo que se entendia por civilização, que a praça ia sendo pensada, planejada, redesenhada, conforme expressava a edilidade ao presidente provincial.

Palco de aformoseamento e salubridade, lugar ao mesmo tempo agradável e útil, consistia também numa expressão visível das melhorias urbanas e do grau de adiantamento de seus habitantes. Assim cada detalhe da praça principal da cidade deveria conter emblemas do avanço científico e da modernidade tecnológica. Em 01-09-1888 o Presidente de Província propunha, por ocasião da 1ª sessão da 27ª legislatura da Assembléia Provincial, a substituição do monumento comemorativo a guerra do Paraguai:

 Cujo aspecto é funerário e pode ser embelezado(...) substituindo a pilha de bolas de ferro que o coroa por uma torre cilíndrica, encimada por uma lâmpada elétrica(...) teria várias utilidades tais como iluminar a praça, dispensando os pouco úteis lampiões a servir de guia e referência às embarcações que em noites escuras dificilmente localizavam seus pontos de desembarque...

Em 1885, um projeto de melhoramento da praça foi entregue por um engenheiro ao Presidente Provincial. Incluía nivelamento do terreno, cercamento com gradil de ferro pelo seu lado externo, iluminação, colocação de lages formando calçadas, além de *bancos e lugar apropriado para música* no centro da praça, e finalmente, gramados e arborização. A discussão se estendia a diversos interessados. A Câmara Municipal encomendou da Inglaterra um gradil para fazer seu cercamento. Grupos promoveram espetáculos teatrais e a imprensa procurou mobilizar seus leitores para o custeio de parte do empreendimento. Posteriormente, foram organizadas comissões para angariar donativos destinados ao ajardinamento da mesma praça.

Apesar da aprovação do projeto para fazer os melhoramentos da referida praça, sua realização foi suspensa no ano seguinte por absoluta falta de recursos. Faltava dinheiro para custear mão-de-obra e dar acompanhamento especializado com engenheiros. Pelos mesmos motivos não havia como adquirir os complementos para seu embelezamento e conforto previstos no projeto de 1885. Além disto, a obra se tornava inviável, uma vez que implicaria em alterações complementares nas ruas laterais e no sistema de água e esgoto. Diante da impossibilidade, em 1887 o Presidente Provincial dirigindo-se aos deputados da Assembléia lamentava esse aspecto, embora o reconhecesse como:

 muitíssimo conveniente para a capital, já pelo aspecto agradável que imprimiria a sua entrada, pois que ela impõe-se pela elevação descoberta em frente ao porto, pelo valor que daria aos prédios, pelo gozo que proporcionaria ao público, reduzido atualmente a toscos bancos debaixo de árvores deformadas por descuido cultivo, já principalmente pelas condições higiênicas, cujos benéficos influxos derramar-se-iam por toda cidade.

Na defesa de valores e expressões relativos a identidade da própria cidade, *sendo*

o primeiro ponto que se oferece ao viajante, agregavam-se noções utilitárias e lucrativas, referentes à valorização dos imóveis circunvizinhos, além da predominância de uma sensibilidade estética e das razões higienizadoras para justificar a preocupação com o espaço da praça pública.

Olhares diferentes priorizaram razões diferentes. A própria configuração da praça foi polêmica. Para alguns, o cercamento da praça com gradis parecia por demais dispendioso e desnecessário. Para outros, às razões estéticas somavam-se às razões funcionais e utilitárias. Assim, o ajardinamento e arborização da praça era importante para aliviar nas épocas de calor, mas também se constituía num gesto de mau-gosto cortar os ramos mais folhosos das árvores. Para outros ainda, o ajardinamento produziria *melhoria das condições atmosféricas e sanitárias*. Respalhando este raciocínio, permeavam embasamentos científicos como o do químico Chevreul ou de estudiosos como o Dr. Lemaire, tal como o afirma um Ofício de Engenheiro dirigido ao Presidente Provincial em 12-08-1886. Temos pois que as plantações no interior das cidades são destinadas a purificar o ar por meio de suas folhas(...), suas raízes absorvendo do solo os materiais orgânicos.

Também havia aqueles que se incomodavam com tantas arrumações, alterações e melhorias na praça. Os jornais nos dão conta de que estas vozes não foram tão incomuns como se poderia pensar. Reclamavam da poeira em épocas de seca e vento sul, da lama nas épocas mais chuvosas. Encontramos críticas embravecidas desde o início da década de 80 do século XIX, reclamando das escavações e aberturas de ruas próximas que deslocavam barro:

*Como todos aqueles que desejam o adiantamento e o progresso, somos apologistas dos melhoramentos que possam trazer vantagem ao povo, neste ou naquele sentido, mas causa-nos riso esses simulacros de melhoramentos que dão como único resultado o prejuízo e o mal-estar público*¹⁷. Metáfora dos desconfortos que as mudanças produziam, seus melhoramentos prosseguiram entre apostas esperançosas e críticas impacientes, por vezes desanimadoras.

B – O mercado como entranhas da vida urbana: Localizado na parte central da área urbana desde meados do século XIX, um outro ponto importante era o Mercado Público. Já antes de 1850 faziam-se discursos acerca do que se entendia por universo civilizado, baseados nas premissas da ciência-arte, nos componentes higienização-salubridade e estética-aformoseamento, além dos benefícios comerciais-lucrativos, justificando a demolição das primeiras barraquinhas e pondo fim a uma espécie de feira permanente que funcionava na beira da praia próxima ao Largo da Matriz.

Inicialmente, constituíam-se em ambulantes, quitandeiras e biscateiros que vinham de canoa ou a pé, trazendo gêneros comercializáveis. Mais adiante, ricos comerciantes e políticos locais muito e persistentemente lutaram para a construção de um prédio apropriado ao comércio, localizado bem próximo à principal entrada pelo mar, junto a praia central da Ilha. Os discursos que se ligavam a sua construção, permitem entrever o enfrentamento de diferentes práticas e valores, tanto daqueles que pretendiam desfrutar deste espaço, quanto daqueles a quem se pretendia excluir do convívio. Assim, homens detentores do poder econômico e político local, tentavam construir uma nova *toaleta social* a partir de uma *toaleta topográfica*. O que não significa que ambas foram obtidas juntas e prontamente.

Retificando os argumentos estéticos e funcionais, na década de 80, ou seja, quase 30 anos após a conclusão das obras do Mercado Público, reclamava-se daqueles que não

faziam comércio em local adequado: *Repetimos hoje ao Sr Presidente da Câmara para providenciar no sentido de ser cortado o abuso de porem os pescadores a maior quantidade de peixe que trazem a venda da parte de fora da praça do mercado em esteiras, atracando a passagem.*¹⁸ Todavia, ainda no final dos anos 80, o Jornal do Commercio testemunhava a persistência deste quadro chamando atenção do Inspetor de Higiene, utilizando precisamente as justificativas da salubridade: *não só para a carne verde de má qualidade, que a venda no mercado tem sido consumida pela população, como também para o peixe e as frutas que se vendem em tabuleiros pelas ruas e praças do mercado, expostos aos raios solares.*¹⁹

A repetição constante destas cenas ao invés de ser assimilada à vida urbana diária, acirrava críticas, buscava responsáveis, pretendia sua coibição. Os jornais denunciavam e a Câmara Municipal prometia aumentar a fiscalização e punir os responsáveis. O fato é que a praia do mercado continuava palco de venda de gêneros por parte dos pombeiros e o abuso prosseguia. Não só reclamava-se do comércio que persistia do lado de fora, como também da higiene. A sensibilidade olfativa aguçava-se num cenário visto com tantas coisas para modificar:

No mercado notamos um cheirinho que além de nos ser desagradável repugnava a todos quantos por ali passassem (...) buscamos saber de onde provinha o mal e certificamo-nos que era devido ao desleixo e inércia do encarregado de limpeza, que desde três ou quatro dias antes, não retirou dali umas cabeças de gado²⁰

Das barraquinhas à construção do prédio, transcorreram-se muitas décadas e até com o novo edifício, práticas indesejáveis continuavam ocorrendo. Algo ocorria que mesmo mudando a paisagem e o cenário, construindo uma nova toaleta topográfica, não modificavam-se certos comportamentos e nem retiravam-se certos personagens dando encaminhamento a uma nova toaleta social. Diante desta desproporção, fazia-se necessário um outro tipo de ordenamento: *Comprometidos como nos achamos, e é de nosso dever tratar bem de nossa província, não podemos deixar de aventar idéias para o nosso melhoramento(...) O serviço de nosso mercado é feito de modo bem reprovado(...)*²¹

O artigo publicado em jornal prosseguia defendendo tanto o *progresso moral como material*, em nome do *movimento comercial e por conseguinte da vida animada* e sugeria além do enfileiramento dos tabuleiros de verduras, a distribuição das bancas de peixe para ambos os lados, deixando uma passagem ao público pelo meio. Procurando atender ao sonho da beleza e utilidade no espaço urbano, problematizava-se um local mais adequado que retirasse do miolo da cidade aqueles que, vindos de fora, labutavam pela sobrevivência de forma tão insistente e tradicional, recusando os valores de estética, higiene e ordem. Afastando possíveis diferenças e de apenas permitir a aproximação de semelhantes, deveriam prevalecer as práticas urbanas consideradas mais civilizadas, higiênicas, funcionais e úteis ao convívio dentro destes parâmetros. Em 01-09-1888 o Presidente de Província propunha aos membros da Assembléia Legislativa a transferência do Mercado: *O mercado atual impede a bela paisagem de que gozaria a praça principal em direção ao porto. Poderia ser construído num ponto não muito distante, também sob forma de concessões, tendo em frente uma bela doca para embarque e desembarque de gêneros.*

No primeiro decênio republicano, o prédio do Mercado Público foi demolido e construído um novo em outro ponto mais para a esquerda de quem chegasse na praia do largo da matriz. O local esvaziado ganhou embelezamentos como cais com balaustrada e

trapiche no alinhamento do palácio, por onde passaram a chegar navios mercantes com passageiros. As cargas e descargas foram transferidas para outros trapiches e no local onde havia outrora o primeiro mercado, plantaram-se árvores e uma estátua do coronel Fernando Machado passou a adornar uma nova praçinha.

C – Os prédios públicos como semblante da urbanidade: Se os colonos e feirantes não dispunham de abrigos apropriados, os produtos provinciais possuíam espaço adequado e garantido para serem mostrados periodicamente em exposições provinciais. Bem junto a praça Barão de Laguna, no amplo edifício de Artigos Bélicos, abrigavam-se promessas de fartura e abundância agrícola, comercial e industrial. A listagem dos produtos predestinava a grandeza dos mananciais de toda a Província. Bebidas acondicionadas com elegância, belos trabalhos como caixas de charutos e peças de vidro indicavam *graus de pujança do trabalho e do braço nacional*. Havia também tecidos de algodão e seda, inúmeros produtos agrícolas e até enlatados como manteiga. Enfim, as exposições continham uma miniatura das potencialidades da produção provincial e embora se reconhecesse o grande afluxo dos visitantes, admitia-se a necessidade do ingresso de mais expositores. Acima de tudo tratava-se de um ponto de convergência para mostrar *quanto temos avançado no caminho do progresso*.

Vitrines de riquezas, serviam como propaganda à imigração e colonização de Santa Catarina. Mas as limitações dos que para lá se dirigiam apareciam logo na sua acomodação. Em 1882 o Inspetor de Higiene e Saúde Pública reclamava ao Presidente de Província sobre a inconveniência de ficarem algumas famílias de colonos no rancho do armazém que servia como depósito à Capitania do Porto na Praia de Fora. Em nome da higiene e dos riscos de epidemias reclamava sua remoção para o Forte Santana que segundo considerava, encontrava-se *bastante isolado da cidade*. Alguns anos mais tarde, em 22-01-1887 outro Inspetor daquela repartição defendia alojamentos mais adequados, depois de cumprir visita de inspeção ordenada pelo Presidente de Província. Relatava que cinco imigrantes recém chegados encontravam-se em pequenas casas:

Nenhuma delas porém, está preparada para receber imigrantes, por falta de comodo, de espaço e ventilação suficiente. Não sendo também a localidade apropriada para os imigrantes que devem ficar segregados da população. Acham-se eles, pois na rua Augusta, nas mesmas condições em que se achavam na rua do Príncipe.

A defesa de um prédio adequado para acolher os imigrantes, que oferecesse condições materiais e higiênicas para abrigar suas necessidades, perdurou. Cruzavam-se questões como a própria imagem que poderia se fazer a respeito da província, sendo a Capital a porta principal por onde chegavam imigrantes que depois se dirigiam para o interior de Santa Catarina. Além disto, faziam-se necessárias medidas preventivas contra as epidemias recorrentes como sarampo e febre amarela, que assolaram a Ilha com frequência ao longo do último quartel do século XIX.

Eram muito vastos os olhares dos homens que desejavam ver Desterro atingir um padrão que não possuía, dotando-lhe daquilo que não dispunha, retirando-lhe o que consideravam atravancar seu destino. Não se limitavam somente ao centro urbano, iam as suas franjas, inserindo nelas as atividades que consideravam menos estéticas ou salubres. Não bastava apenas sonhar com prédios para abrigar doentes, colonos, imigrantes, feiras e exposições. Também os prédios provinciais e nacionais eram vistos como locais pouco apropriados e até precários. Abundavam pedidos e orçamentos para melhorias, concertos e ampliações, além de coisas imprescindíveis para o seu funcionamento.

Neste sentido, junto à praça principal também havia um prédio, o qual de tudo necessitava: pintura externa, consertos, esgoto, limpezas. Era o Palácio Provincial, construído em fins do século XVIII. Apesar dos constantes pedidos nos anos 80 do século XIX, só no início republicano o governo Hercílio Luz realizou significativas reformas e alterações, as quais duraram quase toda a década de 1890. Com estas reformas, o palácio ganhou sobrecarga decorativa, citando o passado através de elementos neo-clássicos, com várias estátuas entre as quais Mercúrio, simbolizando o comércio e Afrodite simbolizando as atividades marítimas do estado recém-criado. Sua fachada central, referindo uma nova era ganhou símbolos republicanos e o prédio passou a abrigar funções de Sede e Secretaria de Governo, Inspetoria de Higiene, Diretoria Geral de Instrução Pública e Junta Comercial. Neste prédio cristalizava-se assim, o diálogo de seus idealizadores com o tempo, buscando referências num distante passado, pensando a nova realidade política presente e anunciando a transformadora época vindoura.

Para as construções públicas que exigissem maiores conhecimentos ou recursos, destacava-se a necessidade de engenheiros. Quando não eram militares seu pagamento tornava-se complicado, sendo que por vezes nem recebiam. No tocante a obras municipais de conservação urbana como abertura de córregos, conserto de pontes, limpeza de prédios, ruas e outros locais públicos recorria-se ao trabalho dos galés, os quais eram fiscalizados pela força militar.

A historiografia nos informa que as reformas do Palácio do Governo, iniciadas em 1894 recorreram a mão de obra estrangeira como solução. Depreendemos que a opção feita, pautou-se em critérios os quais viam maior qualidade e especialização no trabalhador estrangeiro, em detrimento do local. Porém, a discussão sobre edificações urbanas não se resumia somente aos trabalhadores, incluía as construções particulares e a própria qualidade do material:

Confiança a direção das edificações e obras novas a operários ignorantes e negligentes, os proprietários gastam o seu capital, o fruto de seus labores e fadigas, com o desprezo notável do útil, do belo e de economia. Os preceitos de higiene, a comodidade e o agradável - são sacrificados de modo sensível e até bárbaro, demonstrando assim o nosso mau gosto e atraso. Casas mal arejadas, enterradas, com os soalhos quase beirando o chão úmido, sem ar, sem luz e absorvendo a umidade do subsolo, é a regra com raras exceções.

Outro grande feito que se nota em quase todas as casas recentemente construídas e que põe patente a negligência da maior parte dos nossos operários:- as paredes do exterior, com raras exceções, acham-se manchadas de um verde nauseabundo e repugnante, devido ao material salitrado com o qual foram construídas.²²

O mesmo artigo, endereçado à Câmara Municipal e aos proprietários em geral, afirmava que nestas condições, as paredes e a caiadura logo pereciam e além dos proprietários, a beleza da cidade ficava comprometida. Recordava um outro tempo em que:

Outrora, quando éramos mais atrasados havia mais escrúpulo no emprego do material, cortando-se as madeiras de lei na estação própria, de maio a julho, quando a seiva ou viço das árvores ficam paralizados pelo frio; o cal era feito com verbigão tirado dos casqueiros que existiam nesta ilha e era toda batido com água doce a areia tirada das embocaduras dos nossos ribeirões e exposta às chuvas durante meses.

Através deste depoimento acerca das construções urbanas, entrecoloca-se a reflexão de que o avanço não trazia benefícios em tudo. Certo tipo de trabalho, feito com

minucioso conhecimento da natureza e cuidadoso manuseio de material, perdera-se nas obras da cidade. Agora as novas edificações duravam menos, este era o preço do progresso, o qual também trazia a perda de diversos saberes.

Depois do palácio, um pouco acima da praça principal e atrás da Igreja Matriz, ficava o teatro inaugurado no ano de 1875. Denominado por Santa Isabel, demorou desde o lançamento de sua pedra fundamental, 18 anos para ser concluído. Sendo que ao longo dos anos 80 do século XIX, ainda afluíam pedidos constantes de recursos e melhoramentos. Das ruas e calçadas que lhe davam acesso, à fachada, muro e saídas, até seu interior com ventilação, segurança, latrinas, salas, camarotes e paredes, junto aos pedidos seguiam os mesmos argumentos de conforto e beleza conhecidos em grandes centros urbanos como Paris e Londres. Entretanto, jornais da época nos permitem entrever que o afluxo do público e a qualidade dos espetáculos deixava bastante a desejar, se fossem comparados àquelas outras referências. Ao anunciar apresentações e chegada de companhias artísticas, divulgando peças intimistas e melodramáticas, muitas vezes se referiam ao reduzido número de pessoas na platéia. Não só visto como um espaço delimitado de acontecimentos os quais poucos podiam pagar, assistir e freqüentar. Também um local onde as pessoas podiam se reconhecer como iguais, amenizando as diferenças e reduzindo suas contradições. Cerca de três anos após a proclamação da República, o teatro mudou seu nome para Álvaro de Carvalho e tornou-se palco de importantes acontecimentos que assinalam o início republicano, como por exemplo o que deu novo nome à capital.

No extremo urbano, num bairro pobre denominado Toca, junto à colina e a Igreja do Menino Deus, em frente a praia com o mesmo nome, edificou-se nos anos 70, aquele que hoje consiste no Hospital de Caridade. Localizado a certa distância do aglomerado das casas e prédios, de lá seria possível avistar todo o centro urbano, como se fosse uma ilha flutuante sobre a cidade. Ao longo do século XVIII fora uma chácara, depois construiu-se a Casa dos Lázaros e finalmente abrigou-se o Hospital Militar transferido por sua vez, do Quartel do Campo do Manejo.

Como o abrigo aos enfermos, quer fossem moradores ou chegados à Capital, encontrava-se disperso aproximadamente até o terceiro quartel do século XIX, estes abrigavam-se em fortificações, pequenas ilhas quarentenárias, enfermarias de lugares como hospital-navio, hospital militar e hospital naval. Especialmente em épocas de epidemias, diferentes fontes documentais nos dão conta de que na Capital acolhiam-se doentes locais e outros em trânsito, vindos de diferentes pontos da Província, do País ou mesmo viajantes de outros países. Por isto, o Imperial Hospital de Caridade, acabou se transformando num dos prédios referenciais básicos da ilha e sofreu constantes pedidos de melhorias e modificações ao longo do período estudado e mesmo posteriormente. Foram feitas sempre em nome da salubridade e do adiantamento urbano, amparadas pelo conhecimento da ciência e justificadas pela noção de civilização. Mas ao longo dos anos 80, fora do referido hospital, em inúmeras ocasiões, doentes e simples imigrantes se encontraram. Mesmo não sendo necessariamente os mesmos, conviviam por um período quarentário que poderia ser breve ou mais longo, até que o triunfo da convalescença ou da morte reinasse entre eles. Nem mesmo as mercadorias pareciam encontrar lugar quando chegavam:

Depois de penosa viagem de dois ou três dias por maus caminhos, não encontram o menor abrigo nesta capital, e expostos ao sol ardente do verão e as chuvas torrenciais, comprimidos entre as paredes do mercado e da Agencia de Paquetes Nacionais, esses soldados do trabalho,

obreiros do progresso, nem ao menos tem um telheiro de zinco, um rancho de tábuas para abrigarem as mercadorias com as quais enriquecem o nosso mercado...²³

Após indagar se não haveria local adequado para tal construção e ratificar sua necessidade, acrescentava-se que a própria Câmara lucraria com mais uma fonte de renda. A argumentação persistia em artigos subsequentes dirigidos ao Presidente de Província e a Câmara Municipal, dizendo do simples e prático material que poderia ser utilizado e do local a ser escolhido, como as imediações de Santa Bárbara, complementado com uma doca para abrigar embarcações pequenas.

D – As ruas como vias da circulação desobstruídas: A mesma rua, os mesmos detalhes e elementos que a compunham, ganhavam abordagens diferentes, de acordo com a perspectiva ou a lente escolhida pelo seu observador. Desse modo, cada ponto apresentava perspectivas e nuances diversas, variando também o enfoque de suas questões. Ao olhar higienista as ruas apresentavam-se como focos de contaminação. Respaldo em depoimentos da época, Osvaldo Rodrigues CABRAL referiu-se ao *espantoso espetáculo das ruas* e as via com seus becos e sargetas estreitas, esburacadas, enlameadas, sem reparos, aglomeradas de imundícies e com trânsito insignificante. Jornais e relatórios oficiais de diversas repartições embasavam este olhar, preocupados com o acúmulo e a coleta de lixo, especialmente alertando para a ameaça à saúde pública e o perigo das epidemias provenientes dos miasmas e eflúvios emanados destes depósitos. Pediam providências à edilidade, sugerindo a utilização do trabalho das galés e aplicação do artigo do código de posturas para aqueles que não despejassem lixo em local apropriado.

Principalmente os jornais reclamavam que apesar das queixas, pedidos e denúncias, tais práticas prevaleciam impunemente. As comissões de fiscalização ou pouco atuavam ou obtinham resultados infrutíferos. Depois de reclamar acerca de vários locais bastante sujos pela cidade, argumentavam que: *Isto numa quadra epidêmica como a que atravessamos tem o duplo mérito de atestar o zelo das autoridades e conservar o delicioso estado sanitário da capital ... porque não aumenta a nossa câmara o número dos seus fiscais ativos - os urubús?*²⁴

Diante da permanência do cenário, o deboche era o tom que acabava prevalecendo. Da ameaça à saúde pública às críticas e denúncias, o estado de sujeira das ruas era insistentemente reclamado. Dos maus hábitos de seus usuários à impressão que poderia causar aos viajantes, os argumentos se sucediam:

O abuso de moradores de certas casas, em mandarem fazer depois de águas servidas, lixos, escamas e outras coisas nas ruas e córregos... O que não dirão de nós os passageiros que aqui desembarcam e percorrem a cidade, encontrando-a imunda e péstira? Dirão certamente que estimamos pouco o asseio, e que ... não temos fiscal²⁵

Da mesma maneira, persistiam reclamações sobre os animais que se criavam soltos pelas ruas, adentrando quintais, estacionando indevidamente em locais centrais como em frente ao mercado público ou o Largo do Palácio. Enfim, quanto mais as ruas eram olhadas, mais queixas acumulavam. Quando mais se colocavam parâmetros de civilização, mais fazia-se necessário revirá-las pelo avesso.

Para homens cujos olhares se assentavam em valores utilitaristas, que intencionavam favorecer o comércio, ampliar a riqueza e atrair imigrantes, aliavam-se valores do mundo técnico e estético. Desejavam instalação de outras melhorias complementares como iluminação, esgotos, aterros, canalização de água, transportes para cargas e pessoas, etc; espelhando assim a *prosperidade da cidade*, seu rumo na *larga estrada do progresso*. Era também necessário retirar das ruas os obstáculos,

alinhar suas construções, alargá-las. Tornava-se necessário abrir, ampliar e dotar as ruas de beneficiamentos, sem deixá-las atravancadas com reformas particulares.

As denúncias se acumulavam, possivelmente tanto quanto as lamas quando chovia. Nestas ocasiões, quando as ruas ficavam embarradas e intransitáveis olhava-se para o prejuízo do comércio. Pedia-se um melhor escoamento das águas e que as construções não acumulassem barro. Também pedia-se calçamento nas áreas centrais e calçadas pelas suas laterais. Finalmente, solicitava-se novas ruas ligando o centro às franjas da cidade. Assim os visitantes se agradariam e a circulação seria facilitada, os comerciantes lucrariam e o conforto material se expandiria, viriam mais imigrantes e os políticos poderiam entoar feitos de progresso, atribuindo-os a seus partidários e representantes.

Enquanto linhas de transição que ligavam diferentes pontos, as ruas deveriam retirar o que atrapalhasse seus usuários. Colocava-se uma outra temporalidade marcada pelo ritmo mais veloz, ponto de passagem e não de encontro. Beleza para ser vista e não desfrutada lentamente no convívio comum. Cada rua deveria portar emblemas de adiantamento da própria cidade:

Com o regozijo e entusiasmo da população desta capital, inaugurou-se sábado á tarde o tráfego da linha de bonds entre o largo do palácio e a rua de S. Marcos, no bairro do Mato-Grosso. Diversos prédios embandeiraram e o concurso do povo, na praça e por todas as ruas em que percorreram os bonds, foi extraordinário. Todos queriam ver realizado este grande melhoramento... esta época marcará na história da província de Santa Catarina o primeiro passo dado na senda do progresso, passo agigantado que muito concorrerá para levantar a bela capital do abatimento em que jaz.²⁶

Para alguns tantos olhares, a rua não poderia ser o espaço de práticas heterogêneas. Nelas não caberiam os loucos, os desocupados, os doentes, os mendigos e as prostitutas. Estes personagens tão recidivos, que teimavam em frequentá-las deveriam ser depurados do convívio público, encaminhados a locais apropriados onde pudessem ser estudados e atendidos segundo os preceitos da moral e da ciência civilizada. Não se ajustando na concepção que pretendia a rua como vitrine da cidade, deveriam ser espacializados adequadamente, garantindo assim o controle da ordem social e evitando manifestações de suas contradições. Rumo ao progresso e civilização, as ruas e seus personagens iam sendo esquadrihados. Como decorrência, foram também perdendo os nomes populares e ganhando os de pessoas ilustres da cidade - nos anos 80 de abolicionistas e posteriormente republicanos - bem como as casas foram sendo numeradas. A tradição era substituída pelo novo. A primeira significava atraso, o segundo adiantamento e modernidade.

Estes diferentes olhares sobre as ruas acabaram se cruzando numa noção estética que identificava o belo com a técnica e a riqueza material. Eram belos os elementos que provinham da prosperidade científica e industrial, os quais pelas ruas nem sempre poderiam ser por todos desfrutados. Ou então aqueles que pretendessem desfrutá-los deveriam passar por uma espécie de mergulho nos valores do mundo civilizado. Quem passasse por Desterro, trazendo consigo as lentes que permitiam tais olhares, encontraria em suas ruas muitos pontos os quais desejaria aterrar, canalizar, drenar, pintar. Enfim, mudar seus cheiros, suas águas, seus terrenos baldios, suas fronteiras nas praias, pântanos ou morros, e até mesmo aqueles que por elas circulavam. Nada escapava deste olhar atento e catalogador, que comparava, esquadrihava, media, classificava, mas acima de tudo ansiava mudanças.

A cidade vislumbrada nos parâmetros do progresso e da civilização deveria ser

salubre e formosa, por isto nem tudo deveria ficar no centro. Procedimento importante de desobstrução, de uso ordenado e maximizado das atividades da vida urbana. Em nome da ciência e da estética, da sensibilidade que afetava a audição, a visão e o olfato, também se justificavam a distribuição das atividades humanas. Levando em conta as questões que preocupavam, incomodavam e atingiam suas sensibilidades, interesses e valores, os membros da Câmara Municipal levaram ao Presidente da Província um ofício, o qual acabou submetido ao Chefe de Polícia em 22-06-1887, para que apreciase a adequada localização das oficinas de fundição e metalurgia. A resposta foi a seguinte:

Penso ser de reconhecida utilidade a disposição em virtude da qual não é permitido ter-se ferraria no centro da cidade, pois não há quem desconheça quanto é incomoda a vizinhança de tais estabelecimentos, já pelo barulho que produz semelhante gênero de trabalho por sua natureza insuportável, já pela fumaça que despendem as forjas e ainda por deixarem o ar corrompido com a poeira do carvão e a que resulta na limagem do ferro e cobre, que absorvida pela aspiração deve sem dúvida alguma ser assaz prejudicial a saúde pública.

Além disso é nestes estabelecimentos que se colocam ferraduras nos animais, serviço esse que se efetua a porta das oficinas, o que não seria sem perigo para os transeuntes nas ruas mais frequentadas da cidade.

Ao que tudo indica, na Desterro da época, nem a população era tão numerosa, nem a falta de espaço tão reduzida para fundamentar suficientemente as preocupações com o ar corrompido e sem condições de circular por entre o aglomerado de prédios e habitantes. Tampouco uma tão grande quantidade de animais soltos poderia ameaçar a segurança dos transeuntes ou mesmo constituir graves prejuízos à saúde ou alguma ameaça à vida urbana. Porém, a vida em sociedade e o universo civilizado significavam para os homens da época, renúncia e repressão a certos propósitos ou desejos colocados na dimensão mais particular e individual. E era assim que o Chefe de Polícia, no mesmo Ofício datado de 22-06-1887, vaticinava na conclusão de seu relatório:

Conquanto a não permissão para tais indústrias se estabelecerem em qualquer ponto da cidade, seja uma restrição à liberdade, não deve entretanto esse fato causar a mais leve estranheza, pois desde que o homem vive em sociedade tem o dever de sacrificar parte de sua liberdade a bem do interesse geral, pois que a liberdade absoluta, individual, não é compatível com a vida social.

Enfim, na cidade cabiam muitos sonhos e desejos, mas nem todos poderiam se realizar. Entre indivíduos e grupos, tensões e acomodação de forças, a noção de seus limites ia se constituindo. Apresentando-se entrelaçados, os mesmos foram modelados num constante entretecer de choques, diferenças e embates. Alguns sonhos foram se refazendo, outros triunfando, outros sendo adiados e outros se apagando. Através da espacialização urbana, predominava certos saberes e certas maneiras de entender o mundo, de ver a si e aos outros, imbricando o espaço urbano e a configuração de seus habitantes.

Como um corpo que pudesse ser vasculhado, prescrutado, formatado em sua perfeição máxima, para além dos prédios e bens públicos, pelas ruas seguiam os olhares que sonhavam a cidade moderna e civilizada, estendiam-se através de visitas de Chefes de Polícia e Inspetores de Higiene ao interior doméstico, notadamente das localidades que emitissem notícias de epidemias. No domínio mais reservado das casas, de seus quintais e das práticas de seus moradores, pretendia-se um espaço mais higienizado e saudável, um ambiente cujas condutas estivessem dentro dos parâmetros daquilo que se considerava civilização. Estes mesmos olhares também ocupavam os jornais, indo a outros espaços urbanos, registrando queixas de muros prestes a desabar, tábuas, pedras e vegetações a obstruírem caminhos, córregos usados indevidamente, sobretudo em áreas centrais da cidade. Era preciso desobstruir, pavimentar, drenar, desentulhar.

Pautadas em argumentos científicos, higiênicos, estéticos e morais, suas fronteiras serviam como balizas para olhares e opiniões, localizando na cidade os pares e os oponentes desta mesma convenção. O *outro* era foco de atraso, incivilidade e ignorância. Diferentemente das cidades medievais européias ou mesmo coloniais brasileiras, o espaço urbano de fins do séc XIX, deveria racionalizar ao máximo suas atividades e funções, buscando espacializá-las para mais rapidamente realizar o sonho do centro urbano como cenário organizado e homogêneo, do ponto de vista social e econômico.

Todavia, é possível que os homens que emitiram tais concepções e apostas de vida urbana nem tivessem clareza da totalidade daquilo que pretendiam ordenar. Apesar de constituir-se num leque muito amplo e, muitas vezes contraditório, predominava um olhar daqueles que se consideravam agentes e protagonistas do progresso. Desejavam tirar das ruas o que impedia sua função de passagem e das casas o excesso insalubre de moradores. Intencionavam modificar a construção e a decoração - do teto ao assoalho, das janelas às portas, das paredes à sua caiação, - Em cada um destes pontos entrecruzavam-se sensibilidades, leituras de mundo, perspectivas de sociedade, interesses particulares, mesclando-se valores estéticos, higiênicos e utilitários. E era assim, que a cidade vivida remetia a um outro espaço para fora dela mesma, permitindo que seus habitantes se imaginassem diferentes do que eram. Mas se foi assim, já não é mais possível discernir se foram eles ou somos nós que encontramos ecos nas reflexões de Valery sobre a história:

Todas as vezes em que a história se apodera de vocês, em que pensam historicamente, em que se deixam seduzir para reviver a aventura humana de alguma época passada, o interesse de vocês é totalmente sustentado pelo sentimento de que as coisas poderiam ter sido completamente diferentes, poderiam ter acontecido de outra forma. A todo momento, vocês supõem em outro momento seguinte que não aquele que aconteceu: a todo presente imaginário em que se colocam, imaginam um outro futuro que não aquele que se realizou²⁷.

Notas

¹ Michel FOUCAULT. Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. R. J., Forense Universitária, 2001, pg. 415.

² Michel de CERTEAU. A invenção do cotidiano. Petrópolis, Editora Vozes, 1994, pg 201.

³ Gaston BACHELARD. A Poética do Espaço. São Paulo, Nova Cultural, 1988, pg. 155.

⁴ Giulio C. ARGAN. História da Arte como história da cidade. São Paulo, Martins Fontes, 1998, Cap. XV.

⁵ JORNAL DO COMMERCIO, 26-02-1881, pg. 01

-
- 6 JORNAL DO COMMERCIO, 14-03-1885, pg. 2 e3.
 - 7 JORNAL DO COMMERCIO, 29-07-1888, pg. 02.
 - 8 JORNAL DO COMMERCIO, 12-08-1888, pg. 03.
 - 9 JORNAL DO COMMERCIO, 09-11-1888, pg. 1 e 2.
 - 10 Renato Cordeiro GOMES. Todas as cidades, a cidade. RJ. Ed. Rocco, 1994, cap. 1.
 - 11 Horácio NUNES. Dom João de Jaqueta. Brasília, INL&Fundação Nacional pró-memória, 1984, pg. 53.
 - 12 Idem. pg. 54 e 55.
 - 13 Idem. pg. 81.
 - 14 Virgílio VARZEA. George Marcial. Lisboa, Ed. Tavares Cardoso&Irmãos 1901 pg. 13.
 - 15 Idem, pg. 19
 - 16 Osvaldo Rodrigues CABRAL. Nossa Senhora do Desterro. Notícias. Florianópolis, Ed. Lunardelli, s/d, pg.
 - 17 JORNAL DO COMMERCIO, 12-03-1881, pg. 01.
 - 18 JORNAL DO COMMERCIO, 18-12-1881, pg. 02.
 - 19 JORNAL DO COMMERCIO, 06-12-1888, pg. 01.
 - 20 JORNAL A VOZ DO POVO, 07-06-1885, pg.04.
 - 21 JORNAL DO COMMERCIO, 24-12-1881, pg.01.
 - 22 JORNAL DO COMMERCIO, 03-07-1887, pg. 02.
 - 23 JORNAL DO COMMERCIO, 04-09-1888, pg. 02.
 - 24 JORNAL DO COMMERCIO, 09-05-1884, pg. 02.
 - 25 JORNAL DO COMMERCIO, 15-06-1881, pg. 01.
 - 26 JORNAL DO COMMERCIO, 10-11-1888, pg. 02.
 - 27 Paul VALERY. Variedades. São Paulo, Ed. Iluminuras, 1999. pg. 154.